

Veredas atemática

Volume 17 nº 2 - 2013

**Língua e cultura em contato na Zona da Mata mineira:
a imigração italiana em Juiz de Fora**

Mario Luis Monachesi Gaio (UFF)
Mônica Maria Guimarães Savedra (UFF)

RESUMO: No presente trabalho, propomos o estudo das perdas linguísticas das comunidades de imigração italiana na cidade de Juiz de Fora - MG. Através de uma enquete sociolinguística, buscamos entender como se deu a perda linguística entre os italianos que se estabeleceram na cidade e região em fins do século XIX. Nosso aporte teórico são os estudos de Ecolinguística, delimitados por Haugen (in DIL, 1972), Mufwene (2004; 2008) e Couto (2009). Pretendemos contribuir com os estudos de perda e manutenção de línguas de imigração no Brasil, sobretudo em regiões onde há rico material histórico, mas poucos estudos com viés sociolinguístico.

Palavras-chave: ecolinguística; manutenção e perda linguística; línguas em/de contato

Introdução

Recentemente, no Brasil, tem havido um movimento contrário ao do mito do monolingüismo. Reconhece-se finalmente que nosso país é plurilíngue, e que vale a pena valorizar as línguas maternas (L1)¹ de muitos brasileiros que têm o português brasileiro (PB) como segunda língua. Uma das realizações mais importantes nesse contexto foi a cooficialização de três línguas indígenas no município de São Gabriel da Cachoeira-AM, o Nheengatu, o Tukano e o Baniwa (lei municipal 145 de 22 de novembro de 2002). Afinal, o

¹ Preferimos a nomenclatura L1 para especificar a primeira língua, aquela aprendida no seio familiar.

ato resgatou algumas línguas autóctones e lhes conferiu um status que nunca deveria ter-lhes sido negado.

Ainda dentro do contexto de valorização de línguas que compõem o mosaico plurilíngue do Brasil, temos as línguas de imigração. A co-oficialização do pomerano nos municípios de Santa Maria de Jetibá-ES (Lei 1136/2009) e Pancas-ES (Lei 987/2007), a co-oficialização do Hunsrückisch em Antônio Carlos-SC (Projeto legislativo 132/2010) são importantes pelo reconhecimento oficial de sua existência. Entendê-las como línguas que fazem parte da riqueza cultural brasileira é valorizar uma parte importante da população nacional. No estado do Espírito Santo, o alemão e o Hunsrückisch, ao lado do PB, são patrimônio cultural do estado.

No contexto da imigração italiana, já na década de 80, pequenas ações de âmbito municipal já anteviam essas necessidades. Em Serafina Correia - RS, a prefeitura instituiu, através de decretos, a oficialização do uso do dialeto Vêneto em festivais de cultura municipais (decretos 43/88 e 47/89). Atualmente, destacamos os estudos sobre o *Talian*², no Rio Grande do Sul, língua já reconhecida como Patrimônio Histórico e Cultural do estado (Lei estadual 13.178, de 10 de junho de 2009) e os estudos de pesquisadores da Universidade Federal do Espírito Santo que resgatam alguns dialetos italianos no interior daquele estado. Em estudo recente (GAIO, 2013), discutimos a influência da imigração italiana em Juiz de Fora - MG e na Zona da Mata mineira na construção da identidade linguística e cultural da população.

Neste artigo, discutimos a perda linguística entre os imigrantes italianos na cidade de Juiz de Fora - MG sob o viés da Ecolinguística. Quebramos dois paradigmas, pressupostos comuns quando se fala em imigração italiana no Brasil: o primeiro, de que italianos sempre falaram italiano. Se isso hoje em dia é uma verdade, nem sempre foi assim. O italiano é a língua oficial da Itália, mas ela foi imposta aos italianos numa tentativa de criar união nacional. O segundo, a ideia comum de que os imigrantes vieram para a Zona da Mata mineira para substituir mão de obra escrava, nas fazendas de café. Não foi bem isso o que ocorreu em Juiz de Fora, ou, pelo menos, não maciçamente.

Embasamos este trabalho na dissertação de mestrado de Gaio (2013), que trata da manutenção e perda linguística em perspectiva de representação. Enfatizamos o viés ecolinguístico que serviu de referencial teórico ao estudo, explorando a abordagem de Mufwene (2004; 2008) acerca do modelo biológico e as ideias de Couto (2009) acerca de contato entre línguas.

1. Formação da Itália

1.1. A diversidade linguística

O Reino da Itália foi unificado em 17 de março de 1861. Antes, haviam reinos separados e povos que, de uma forma ou de outra, tinham algo em comum. Contudo esse ‘algo’ era bem menos importante do que idealizavam os propagadores e defensores da Itália Unida. A célebre frase “*ora che l’Italia è fatta bisogna fare gli italiani*” (fizemos a Itália,

² O Talian é uma variedade da língua vêneta, com influências do português. É uma língua viva, com status de patrimônio imaterial do estado do Rio Grande do Sul e costuma ser declarada língua oficial de alguns eventos festivos de certas localidades.

agora é preciso fazer os italianos)³, (MONTANELLI, 2006, vol 6, p. 3), (HOBSBAWN, 1998, p. 56) pronunciada por Massimo D’Azeglio⁴, resume a situação da identidade do povo italiano na época da unificação. Essa identidade estava estreitamente ligada às diferentes línguas faladas pelos cidadãos desse novo país e à baixa aceitação do italiano como língua unitária.

O que poderia ter sido um fator importante de unificação acabou sendo um entrave. Os italianos não tinham a mesma língua como L1, embora essas fossem neolatinas tanto quanto o português, o castelhano, o catalão, o galego, o provençal e outras. Línguas semelhantes⁵, mas diferentes o suficiente para não agregar os povos da forma como idealizavam os promotores da unificação. Essa situação havia sido notada e avisada claramente por Alessandro Manzoni e Giacomo Leopardi⁶: faltava, na Itália, uma língua de conversação, com a qual se pudessem debater os problemas e as ideias (TRIFONE, 2010, p. 28).

Paralelamente, as políticas linguísticas dos novos Estados previam um idioma de unificação, tentando criar uma identidade nacional através da língua e, dessa forma, reforçar a própria nação. Na Itália, o toscano⁷ fora o escolhido por ser a língua de Dante Alighieri e era imperativo que toda a população aprendesse a língua nacional, falada praticamente só pelos toscanos.

O afeto pela língua italiana nunca se tornou uma paixão exagerada ou deslumbrante. O idealismo dos patriotas italianos criava a expectativa de que o italiano se tornasse língua viva. E, de fato, a supervalorização do idioma por parte desses idealistas se sustentava na preocupação com a possibilidade de a língua italiana não cumprir o papel a ela dedicada. O italiano era uma língua celebrada, mas não usada; uma língua estrangeira na própria pátria (DE MAURO, 1991).

Do ponto de vista estritamente linguístico, não podemos afirmar que a heterogeneidade tenha sido um mal; afinal, hoje percebemos uma grande mobilização pela defesa e valorização das línguas minoritárias, sempre subjugadas e relegadas em segundo plano, seja como línguas ‘inferiores’ ou como línguas ‘erradas’.

1.2. Línguas e dialetos: qual é a diferença?

Dialeto não é necessariamente e obrigatoriamente uma língua inferior ou simplesmente um modo de falar diferente do que se chama língua padrão. Na verdade, não há definição clara da diferença entre língua e dialeto. Muitos linguistas afirmam que dialetos são línguas. Burke (2010, p. 23), quando se depara com a pergunta “quando uma língua é uma língua e quando ela é um dialeto?” afirma que “a resposta clássica assume a forma de um epigrama atribuído a mais de um linguista famoso, no sentido de uma língua ser um dialeto com Exército, Marinha e Força Aérea”. Couto (2009, p. 57) reforça essa ideia quando cita que “para Uriel Weinreich, autor do clássico, *Languages in contact: findings and problems*

³ Tradução nossa.

⁴ Escritor e político italiano. Ocupou o cargo de primeiro ministro.

⁵ Línguas *Ausbau* segundo Kloss. Para aprofundamento dos conceitos de línguas *Ausbau* e línguas *Abstand*, sugerimos a leitura de Kloss (1967)

⁶ Alessandro Manzoni, autor da célebre obra “*I promessi sposi*” (Os noivos), considerada por alguns como um marco da definição e consolidação da língua italiana, e Giacomo Leopardi, importantes escritores italianos que influenciaram o processo de unificação da Itália e da disseminação da língua italiana.

⁷ Língua falada na Toscana. A língua de Dante era o fiorentino, uma variedade do toscano falada na Toscana. Vamos chamá-la de ‘toscano’ para simplificação. Sugerimos a leitura de De Mauro (1991) para aprofundamento.

(1953), o contato de dialetos é da mesma natureza do contato de línguas” pelo fato de não haver praticamente diferença entre língua e dialeto; é só uma questão de poder.

Etimologicamente, a palavra ‘dialeto’ vem do grego *‘dialektos’*, latinizada para *‘dialectus’*. Manteve essa forma básica em praticamente todas as línguas neolatinas, com pequenas diferenças de grafia (*dialetto, dialecto, dialect, dialecte...*). Semanticamente, no entanto, há diferenças, sobretudo se levarmos em conta o contexto social. No Brasil, país jovem e colonizado, cuja língua nacional é uma imposição pela condição de subserviência, entende-se dialetos como meras variedades regionais de uma suposta mesma língua falada pelos colonizadores⁸. Na Itália, país igualmente jovem, porém não colonizado e formado por populações que sempre o habitaram, entende-se dialeto como um sistema linguístico de âmbito reduzido geograficamente⁹.

A mesma dificuldade identificada na conceituação do termo nos dicionários é também identificada nas obras de referência que tratam a questão, pois, na verdade, o problema maior é, como já dissemos, a diferenciação entre língua e dialeto. Einar Haugen, em 1966,¹⁰ dedica um ensaio inteiro sobre esse assunto. O capítulo 1 da obra de Carla Marcato (2007) também é dedicado a esse tema.

Marcos Bagno (2011, p. 378) confirma a definição de dialeto na acepção italiana quando diz que “no caso da Itália, o termo dialeto já não tem sua acepção tradicional nos estudos linguísticos: variedades regionais de uma mesma língua. ‘Dialeto’ na Itália é qualquer forma de falar que não seja a língua italiana.”¹¹

Na tradução do ensaio “Dialeto, língua, nação”, escrito em 1966 por Einar Haugen¹², Bagno (2001, p. 97) afirma que “em muitos usos, o termo ‘língua’ é superordenado a ‘dialeto’, mas a natureza dessa relação tanto pode ser linguística como social.” É fato que em nosso imaginário temos essa distinção bastante clara. No caso brasileiro, o termo dialeto pode ter cunho pejorativo.

Esse processo de superordenar a ‘língua’ e subordinar o ‘dialeto’ fica muito claro nas expressões muito comuns que ouvimos a todo tempo: “X” é um dialeto da língua “Y” (e nunca “Y” é uma língua do dialeto “X”).

Pelo que já vimos até aqui, pode-se depreender que a questão da diferenciação entre língua e dialeto aponta para a direção de que na Itália há línguas diferentes – e as havia bem mais marcadamente na época da unificação – que são por eles chamadas *‘dialetti’* (singular, *‘dialetto’*) e que não se firmaram como línguas reconhecidas mundialmente por não serem línguas oficiais de nenhum Estado nacional.

Com esse passo atrás no tempo, entendemos que as mudanças da língua ocorridas no território italiano e suas conseqüentes variações formaram diversos dialetos (segundo as definições brasileiras) do latim. Esses dialetos foram se transformando, influenciados pelos fatores extralinguísticos a que Matoso Câmara Jr. (1998) faz referência e se tornaram línguas

⁸ Definição do ‘Michaelis Moderno Dicionário da Língua Portuguesa (on line): “Modalidade regional de uma língua, caracterizada por certas peculiaridades fonéticas, gramaticais ou léxicas.”; Definição do ‘Dicionário Priberam’ (on line): “Variedade de uma língua própria de uma região.”

⁹ Definição do ‘lo Zingarelli minore’: “Sistema linguístico particular, usado em uma zona particularmente limitada. Sin.: Vernáculo” (Trad. nossa). Texto original: *sistema linguistico particolare, usato in una zona geograficamente limitata; SIN. Vernacolo*; Definição do ‘Vocabolario della lingua italiana’: “Sistema linguístico de âmbito geográfico limitado” (Trad. nossa). Texto original: *sistema linguistico de ambito geografico limitato*

¹⁰ Trata-se do ensaio, “*Dialect, Language, Nation*”, cap. 11 de Dil (1972)

¹¹ Nessa mesma obra, Bagno mostra a oração do Pai Nosso em seis línguas itálicas: piemontês (região Piemonte), napolitano (Nápoles), toscano (região da Toscana), bergamasco (cidade de Bérgamo), milanês (Milão) e friulano (região Friuli).

¹² Nas referências feitas à obra original de Haugen, citamos Dil (1972).

distintas. O fator extralinguístico de ordem psíquica: os dialetos da península itálica eram sentidos como variantes de uma língua latina ideal (o latim); o de ordem social: a existência de uma língua culta (o latim), embora só escrita, mas que tinha abrangência quase global; e o de ordem política, a subordinação das regiões como parte de um Estado nacional, ocorrido na unificação da Itália, em 1861.

Afirma Matoso Câmara Jr.: “Quando se verificam essas condições extralinguísticas, mas não a coincidência dos traços linguísticos essenciais, **já não se tem dialetos, mas línguas distintas**”¹³.

Vale ainda apontar que a taxa de analfabetismo entre os italianos era muito alta. No ano da unificação, 1861, esse índice era superior a 78% (DE MAURO, 1991, p. 36). Mesmo assim, esses indicadores representavam o conhecimento do alfabeto e a capacidade básica de ler e escrever. Não se está falando de conhecimento da língua italiana. Ainda, segundo De Mauro (1991, p. 43), em 1861 apenas 2,5% da população da península era itálica. Essa questão, a bem da verdade, é controversa. Castellani (1982 *apud* TRIFONE, 2010, p. 36) informa que eram quase 10% os italianos em condições de usar o italiano. Porém, de todo modo, a minoria.

Podemos facilmente deduzir que o índice de analfabetismo entre os imigrantes era superior aos indicados acima, uma vez que os cidadãos escolarizados tinham melhor condição social e tinham menos motivos para emigrar. Além disso, como temos visto, a língua oficial da Itália unificada era quase uma abstração. O italiano estava longe de ser a língua vernacular da maioria da população.

2. Imigração em Juiz de Fora

O estado de Minas Gerais recebeu muitos imigrantes estrangeiros, sobretudo na última década do século XIX¹⁴. Como relata Rodrigues,

Em Minas Gerais, a imigração oficial mineira, ou seja, subvencionada pelo Estado, teve a duração de doze anos no período imperial de 1867 – 1879, (...). Não alcançando os objetivos estabelecidos, foi retomada na década de 1880 pela edição de várias leis e regulamentos que culminaram com novas tentativas para a introdução de imigrantes. (RODRIGUES, 2009, p. 63)

A porta de entrada desses imigrantes no estado era a cidade de Juiz de Fora. Eles desembarcavam no porto do Rio de Janeiro, então capital do Brasil, onde eram cadastrados e encaminhados aos locais com necessidade de mão de obra. Logo no início desse processo de imigração em massa, foi construída em Juiz de Fora a Hospedaria Horta Barbosa, com o único propósito de acolher e hospedar os imigrantes e suas famílias por dez dias até que fossem para seu destino final (RODRIGUES, 2009, p. 64).

Juiz de Fora, incluindo os seus arredores, experimentava um período de forte crescimento e desenvolvimento industrial. Não foi por acaso que a primeira rodovia da América Latina ligava a cidade ao Rio de Janeiro, através de Petrópolis. Além disso, a primeira usina hidrelétrica da América do Sul foi instalada nessa cidade, justamente para que houvesse a infraestrutura necessária à implantação de indústrias.

¹³ Grifo nosso.

¹⁴ Para outras referências de estudo sobre estudos de imigração em Juiz de Fora, ver Gaio (2013)

De fato, essa infraestrutura mobilizou os empresários que passaram a selecionar mão de obra especializada dentro do contingente de imigrantes. Portanto, o imaginário de que a força de trabalho dos imigrantes havia chegado para simplesmente substituir a mão de obra dos escravos nas lavouras de café de Juiz de Fora e da Zona da Mata mineira é questionável e se mostra equivocado. Diversas pesquisas confirmam que “a presença de imigrantes nesses dois municípios¹⁵ se apresentou muito mais relacionada às atividades urbanas que à produção agrícola” (RODRIGUES, 2009, p. 66). O trabalhador livre nacional acabou por ocupar as atividades de trabalho no campo.¹⁶

O sítio do Arquivo Público Mineiro mantém os registros de todos os imigrantes estrangeiros que entraram no estado de Minas Gerais entre 1888 e 1901. Chama atenção a proporção de italianos em relação a outras nacionalidades. Há 20586 imigrantes registrados dos quais 18139 italianos, o que corresponde a 88%. Esses números correspondem à quantidade de núcleos familiares na *‘Hospedaria de imigrantes de Juiz de Fora’* e não a indivíduos.¹⁷

Uma enorme parte desse contingente fixou raízes na cidade de Juiz de Fora e em seus arredores, tanto na área urbana, pelo fato de serem ‘qualificados’¹⁸, como no campo, pois havia aqueles que eram realmente agricultores. Com essa quantidade relevante de cidadãos italianos, foram implantadas escolas e associações de mútuo socorro, além de um vice-consulado para representá-los junto ao governo italiano.

Conforme dissemos anteriormente, entendemos que havia em Juiz de Fora um grande contingente de imigrantes oriundos de uma mesma nação recém-constituída, mas que não se identificavam como conacionais principalmente por não se entenderem muito bem entre si. Havia várias línguas sem prestígio, faladas por pessoas analfabetas em sua língua nacional e que possivelmente usavam uma língua intermediária para se comunicar entre si e com a população local, assim como faziam os italianos na Itália quando se relacionavam com o padre, o médico, o advogado ou com pessoas de regiões diferentes (SERIANNI, 2002). Em vez de um contato entre duas línguas – português e italiano – houve o contato entre o português, língua oficial do Brasil, e as diversas línguas dos diversos grupos de italianos que se instalaram na cidade.

3. O contato das línguas e a ecolinguística

No ensaio “*The Ecology of Language*”¹⁹, escrito em 1971, Haugen introduz a visão da língua em sua relação com a sociedade, o meio ambiente onde é usada. A questão é introduzida com uma crítica aos estudiosos que descrevem línguas, pelo fato de que eles se preocupam somente com número de falantes, localidades onde a língua é falada e alguma informação sobre sua história, deixando de lado dados importantes como o status social e a função da língua estudada. Os linguistas são tão ávidos pelos estudos de fonologia, gramática e léxico que dão apenas superficial atenção ao que o autor chama de “ecologia da língua”.

¹⁵ Os municípios são Juiz de Fora e Belo Horizonte

¹⁶ Para outras referências de estudo sobre o tema ver Rodrigues (2009)

¹⁷ Para maiores detalhes ver Gaio (2013)

¹⁸ Usamos o termo ‘qualificados’ para caracterizar os imigrantes que podiam trabalhar na área urbana pelo fato de terem uma profissão definida. Essa qualificação fica muito evidente em Arantes (1991). Sua pesquisa demonstra que de todas as indústrias instaladas na ‘Manchester Mineira’ entre 1882 e 1912, 32% era de propriedade de industriais locais, 30% de alemães e 28% de italianos.

¹⁹ Capítulo 17 de DIL (1972)

“Ecologia da língua pode ser definida como o estudo das interações entre qualquer língua e o seu meio ambiente.”²⁰ Essa é a definição que o próprio autor propõe para a ‘ecologia da língua’. E qual é o *environment* (meio ambiente) da língua? É a sociedade que a usa como um de seus códigos. A língua só existe na mente de seus usuários e só tem sentido funcional na interação entre esses usuários e entre os usuários e o meio ambiente (que é o meio social) em que vivem. O autor prossegue mostrando que uma parte dessa ecologia é psicológica - a interação com outras línguas na mente dos falantes bi e multilíngues e outra parte é sociológica - a interação com a sociedade na qual a língua funciona como meio de comunicação (HAUGEN in DIL, 1972, p. 325).

Esse tipo de situação, uma sociedade em que convivam pessoas de línguas diferentes, é bastante comum mesmo no Brasil, e era a realidade vivida pelo autor, filho de um casal de imigrantes noruegueses nascido nos Estados Unidos. Essa era, também a realidade da cidade de Juiz de Fora na época da imigração.

Bem mais recentemente, Mufwene (2008) discute a questão de contato de línguas, afirmando que a simples coexistências de duas populações de línguas diferentes num mesmo território não é suficiente para que se caracterize tal situação. As populações precisam interagir entre elas. Afinal, “como já assinalado por Weinreich (1953), é na mente dos falantes que se dá o contato de línguas”²¹

A obra de Mufwene versa sobre a evolução da língua, começando pelo contato e passando pela competição e seleção, da mesma forma como acontece com as espécies biológicas. Há uma diferença fundamental entre a abordagem do modelo biológico, citado por Haugen, em que as línguas nasciam e morriam como organismos. De fato, já na década de 60, esse modelo deixou de ser aprofundado porque não passava de uma interessante metáfora. Línguas não respiram, não têm vida própria e não têm qualidades tangíveis, como os organismos (HAUGEN in DIL, 1972).

Mufwene retoma esse modelo biológico, mas com uma abordagem diferente. As línguas não podem realmente ser comparadas a organismos, mas a espécies biológicas.

Uma língua como um bem comum é um construto extrapolado a partir da existência de idioletos semelhantes, assim como espécies são extrapoladas a partir da existência de indivíduos bem sucedidos na própria reprodução ou ao menos que demonstrem tal potencial.²²

Sob esse ponto de vista, podemos entender as mudanças da língua e sua evolução natural através do contato linguístico, da competição, da seleção e da sobrevivência das que se adaptam às condições do meio ambiente.

Vamos voltar à teoria de Mufwene mais à frente. Passamos agora a discorrer sobre as formas e circunstâncias em que se dá o contato de línguas.

Segundo Couto (2009), a base para o contato de línguas é “o deslocamento ou migração de indivíduos, grupos de indivíduos e até populações inteiras no espaço”. Ele propõe “pelo menos quatro situações em que povos e respectivas línguas (PL) entram em

²⁰ Tradução nossa. Original: “Language ecology may be defined as the study of interactions between any given language and its environment”.

²¹ Tradução nossa. Original: “as pointed out by Weinreich (1953), the real locus of language contact is the minds of individual speakers” (MUFWENE, 2008, p. 17)

²² Tradução nossa. Original: “A language as a communal property is a construct extrapolated from the existence of similar idiolects, very much like a species is extrapolated from the existence of individuals who are successful in reproducing their kind or at least show such a potential.” (MUFWENE, 2004, p. 141)

contato em determinado território (T)”. Em todas as situações que ilustraremos a seguir, PL1 representa o lado mais forte dos pontos de vista político, econômico, militar e de prestígio. A primeira situação, semelhante à discutida nesse trabalho, tem o seguinte diagrama:

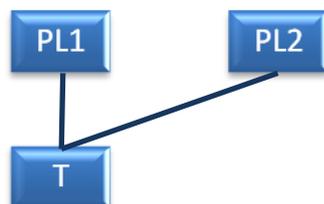


Diagrama 1 – 1ª Situação de contato linguístico proposta por Couto (2009)

Citando Couto,

O Diagrama 1²³ representa a situação em que um povo (ou parte dele) e respectiva língua. PL2 se deslocam para o território (T1) de outro povo que já constitui uma comunidade (EFL) relativamente estruturada, que tem uma língua relativamente estabelecida e estabilizada (COUTO, 2009, p. 51)

O EFL é o que Couto chama de Ecosistema Fundamental da Língua. As bases epistemológicas desse autor são tiradas, como ele mesmo afirma, da Ecologia Biológica (COUTO, 2009, p. 15). A ligação entre Linguística e Ecologia vai gerar o que ele define como Ecolinguística. Não há aqui necessidade de se definir Linguística e nem exemplificar suas ramificações. Basta dizer que, em seu estudo, o que é levado em conta é a língua oral.²⁴ Sua intenção é estudar o contato de línguas e suas consequências. Já a Ecologia merece algumas considerações, sobretudo por não ser objeto de estudo comum a linguistas.

As definições de Ecologia se assemelham e podemos repetir aquela sugerida pelo próprio autor a quem estamos nos referindo: “Ecologia é o estudo das inter-relações entre os seres vivos e entre eles e seu meio ambiente”. Da mesma forma, repetimos a definição de Ecosistema, que é o conceito central de Ecologia: “... é o conjunto formado pelos seres vivos e seu meio ambiente, considerados como um todo, e suas inter-relações”. Para deixar claro, “o que interessa ao ecólogo não são os organismos vivos em si (objeto da biologia), mas as inter-relações que se dão entre eles, por um lado, e entre eles e o meio (biótopo), por outro lado” (COUTO, 2009, p. 17). O Ecosistema Fundamental da Língua (EFL) constitui-se de um povo habitando determinado território (biótopo).

Ecolinguística, por analogia, é o estudo das relações entre língua e seu meio ambiente. A Ecolinguística estuda o contato de línguas como os ecólogos estudam o contato entre as espécies. As línguas são equiparadas a espécies, que entram em contato entre si através do bilinguismo e se adaptam, se sobrepõem a outras, ou sucumbem ante as dificuldades que não conseguem suplantar. O estudo diacrônico das línguas nos mostra que muitas mudanças linguísticas são devidas ao contato de línguas entre os povos, quase sempre por invasão e dominação, mas também por migrações em busca de melhores condições de vida. A

²³ No texto original trata-se da “figura 1”.

²⁴ O autor cita também a comunicação gestual como tão importante como a oral, que inclui a língua de sinais dos surdos. Neste estudo, no entanto, o foco está na língua oral propriamente dita.

Ecolinguística vai mostrar como esse contato provoca essa mudança, complementando os estudos da Sociolinguística.

Aparentemente, a situação em Juiz de Fora, na época da chegada dos imigrantes italianos, é a representada pelo Diagrama 1. PL1 é o português, língua relativamente estabelecida e estabilizada; T é a própria cidade ou região e PL2, o italiano. No entanto, como já vimos, não havia uma língua dos italianos, e sim várias. Por essa razão, propomos uma adaptação a esse diagrama da seguinte forma:



Diagrama 2 - Tipo de contato linguístico que houve entre os imigrantes italianos e os habitantes de Juiz de Fora

PL1 é ainda o português²⁵, língua local estabilizada, T é a região de Juiz de Fora e P é o povo ‘italiano’, (assim reconhecido pelos brasileiros). Esse povo trazia consigo suas respectivas línguas L2, L3, L4, L5... Não queremos com essa sugestão criar uma nova situação de contato lingüístico, seguindo a proposta de Couto. Cremos que esse diagrama represente apenas uma variação da situação representada no Diagrama 1.

Couto ainda apresenta mais dois tipos de contato linguístico. Um deles é representado pelo movimento de um povo ‘mais forte’ que se desloca para um território cujo povo é ‘mais fraco’. As grandes conquistas históricas, como a dos romanos e a dos europeus na África, Ásia e América na época das grandes navegações são exemplos desse tipo de contato (COUTO, 2009, p. 52). É o tipo de contato que houve entre os portugueses e os povos autóctones brasileiros.

Outro tipo de contato é aquele em que tanto o povo mais forte como o(s) povo(s) mais fraco(s) se deslocam para um terceiro território. Geralmente esse território é uma ilha, como aconteceu em Cabo Verde, Havaí, ilhas Seychelles entre outras, e é o cenário típico de formação de crioulos. Há ainda o quarto tipo de contato, que ocorre em decorrência de migrações temporárias ou sazonais. Os membros de PL1 se deslocam para o território de PL2 sazonalmente. É o que ocorre em algumas situações de fronteira (COUTO, 2009, p. 53-54).

Definido que o tipo de contato que houve entre os imigrantes italianos e a população de Juiz de Fora e arredores é a representada pelo Diagrama 2, e que essa representação é, na verdade, uma situação mais específica que se enquadra dentro de uma mais abrangente e genérica representada pelo Diagrama 1, vamos analisar, à luz das considerações de Couto, as suas possíveis consequências.

O Ecossistema Fundamental da Língua (EFL) constitui-se de “um povo (população da ecologia), habitando determinado território (biótopo)” (COUTO, 2009, p. 11). No movimento migratório em questão, tivemos um povo com suas respectivas línguas (PL2, PL3...) se deslocando para um território T1, já ocupado estavelmente por outro povo e que constitui uma EFL bem estruturada, com língua estabelecida e estabilizada. Além disso, PL1 é mais forte do

²⁵ Evidentemente é a variedade local do PB. Chamamo-lo de português por praticidade.

ponto de vista político, econômico e militar. A língua de PL1, o português, tem amplo prestígio por ser a língua nacional e oficial de TI, evidenciado pelos discursos patrióticos da época e pela política linguística implantada no Brasil desde os tempos do Marquês de Pombal. Do outro lado, os italianos, naturalmente em condição de inferioridade, embora não se deva falar de inferioridade política ou militar uma vez que não vieram com intuito de conquista territorial. A posição dos italianos era de plena aceitação da condição política e militar do Brasil, submeteram-se a essas condições sem que isso fosse um subjugo. Do ponto de vista econômico as coisas poderiam ter sido diferentes, caso fossem eles investidores, capitalistas poderosos com a intenção de expandir negócios. Essa situação poderia sem dúvida alguma ter criado condições para a manutenção linguística dos imigrantes; afinal, onde há poder econômico há também a sensação de superioridade social e cultural.²⁶ Entretanto, os imigrantes daquela época, eram economicamente inferiores ao povo de Juiz de Fora, ou ao menos à classe dominante da cidade. Temos então todos os pré-requisitos para a instalação da **Lei das Três Gerações**:

De acordo com ela, a primeira geração (quando migra já adulta) aprende quando muito uma variedade pidginizada da língua hospedeira. Os seus filhos geralmente aprendem a língua do país hospedeiro e a dos pais, sendo, portanto, bilíngues, continuando a usar a língua original em todas as interações intragrupo. Os netos, porém, tendem a preferir a língua da nova terra, mantendo, quando muito, um conhecimento passivo da língua original de seus avós. A quarta geração frequentemente quase não tem nenhum conhecimento da língua dos antepassados (COUTO, 2009, p. 51)

3.1 Línguas como espécies: competição e seleção

Ainda são tímidos os estudos sobre esse assunto que se refiram a contatos entre línguas de imigrantes, onde não há exatamente invasão do dominador. No entanto, imigração é um fenômeno que sempre ocorreu na história da humanidade. Particularmente, entre o fim do séc. XIX e o começo do séc. XX, houve um verdadeiro êxodo de italianos em direção a várias partes do mundo, sobretudo à América.

Como já vimos, Mufwene (2004, p. 15-145; 2008, p. 14) propõe que as línguas não devam ser chamadas de organismos, mas sim de espécies, num paralelo com a biologia.²⁷ O autor nos ensina que a tradição de se comparar línguas a organismos acabou por impedir que linguistas históricos identificassem as causas reais das ‘mudanças internas da língua’, consideradas por eles normais ou regulares, em oposição às ‘mudanças externas da língua’ desencadeadas por contato com outra língua. A real causa da mudança se encontra na competição e seleção que afloram a partir dos sistemas comunicativos dos falantes e também na acomodação e nos ajustes feitos pelos falantes para as novas necessidades comunicativas dos atos comunicativos (MUFWENE, 2004, p. 15). Afirma ainda que as línguas podem ser comparadas a parasitas, cujos hospedeiros são os falantes. Da mesma forma que há competição entre espécies e sobrevive a mais forte ou sobrevivem as que se adaptam às

²⁶ No ensaio “Language and Immigration”, Haugen (in DIL, 1972) comenta que os EUA, em cerca de 150 anos, receberam milhões de imigrantes de todas as partes do globo e ensinaram a eles a sua língua (inglês americano) sem que essa sofresse grandes danos. Isso foi conseguido sem compulsão política, mas através da pressão social de uma língua cultural e economicamente dominante.

²⁷ Não é nosso propósito estender a discussão sobre a comparação língua/espécie. Estamos nos baseando na proposta de Mufwene (2004) que nos parece válida para os objetivos deste trabalho.

mudanças²⁸, no contato de línguas, haveria também essa tendência: mudanças para adaptação ou morte quando há muita pressão, o que Couto (2009, p. 57) chama de *glotanásia*.

Essa comparação língua/espécie vem sendo cada vez mais difundida. Mufwene ressalta que Chomsky já aceita essa nova visão da língua: “Até mesmo Chomsky (2000) já adere a esta visão particular de uma língua, explicando que a mistura de idioletos na mesma língua é uma questão de semelhança, não de igualdade ou identidade.”²⁹ (nota 5 do cap. 2 de MUFWENE 2008)

As línguas podem nascer e morrer, mas não como organismos ou indivíduos. Diferentemente das espécies, as línguas não nascem de uma concepção, de um encontro entre duas células. Também não há um período de incubação ou de gestação. Só descobrimos que uma língua nasceu (por assim dizer) depois que ela já existe. Elas são identificadas *post-factum*, quando uma determinada variedade de idioletos (ou organismos) é identificada e venha a ser considerada diferente daquela falada por uma população anterior. Da mesma forma que uma língua morre quando não há mais falantes dela³⁰, quando não há mais indivíduos de uma espécie, essa morre (MUFWENE, 2008). Além disso, as línguas podem morrer em certos locais e prosperar em outros. Recente estudo de Von Borstel & Costa-Hübes (2011) relata pesquisas desenvolvidas com línguas germânicas no Brasil, particularmente chamadas de ‘Brasildeutsch’. Da mesma forma, citamos os estudos sobre a manutenção do pomerano, língua também germânica trazida por imigrantes para o estado do Espírito Santo, ainda viva, mas já morta na localidade de origem (HÖHMMAN, 2011; YYY & HÖHMMAN, 2011).

4. A investigação

O estudo foi desenvolvido através de uma enquete sociolinguística (MAURER, 1999, p.167) aplicada a estudantes de italiano de Juiz de Fora. Optamos por um questionário contendo perguntas tanto abertas como de múltipla escolha, um dos modelos sugeridos por Maurer para pesquisas em sociolinguística. Os estudos apresentados por esse autor envolvem comunidades específicas nas quais há falantes das línguas envolvidas. No nosso caso foi necessário adaptar a metodologia, uma vez que nossa pesquisa trabalha com a língua italiana numa cidade cuja população, embora formada em boa parte por descendentes de imigrantes da Itália, não mantém comunidades linguísticas italianas. Em regra geral, o italiano não é o idioma de escolha prioritária para aqueles que querem aprender uma língua estrangeira. Acreditamos que a opção pelo seu aprendizado se dê em boa parte por razões afetivo-familiares (de descendência), o que acabou por se confirmar. Como não houve formação de ‘colônias italianas’ em Juiz de Fora, os imigrantes ocuparam toda a cidade e região, de acordo com a demanda por trabalho. Não há registro de ‘bairros italianos’, como ocorreu em outras cidades com forte presença de imigração daquele país, tais como o Bixiga em São Paulo.

²⁸ DARWIN, Charles. *A origem das espécies*

²⁹ “Even Chomsky (2000) now adheres to this particular view of a language, explaining that lumping idiolects into the same language is a matter of likeness, not of sameness or identity.

³⁰ Numa análise mais apurada podemos imaginar que, na verdade, um único indivíduo falante de uma língua não é suficiente para mantê-la viva porque não terá como quem falá-la. Essa questão, no entanto, tem pontos de vista diferentes e pode ser questionada. Se a língua for imaginada como prática, haverá necessidade de dois falantes; caso seja considerada como conhecimento, uma só pessoa pode mantê-la viva. Essa questão, que não nos interessa nesse trabalho, é discutida em Mufwene (2008), parte 3.

Entre os 109 informantes 60% se declararam descendentes de imigrantes italianos, 27% declararam não ter ascendência italiana e 13%, valor que nos surpreendeu, declararam não saber se têm ou não ancestrais italianos. O foco da pesquisa passou a ser o grupo de informantes descendentes de italianos que se estabeleceram em Juiz de Fora e região, o que corresponde a 43% do total de informantes.

Questionados sobre o conhecimento das origens geográficas de seus ascendentes italianos, 46% desconheciam completamente, 6% declararam não saber com exatidão. Os que tinham conhecimento total eram 48%

Desdobrando os resultados por faixa etária, verificamos que o conhecimento da origem dos ancestrais é muito maior entre os informantes mais idosos. O gráfico abaixo ilustra as diferenças entre as respostas de acordo com as suas faixas etárias. Fica evidente que a transmissão desse conhecimento tende a ser interrompida com o passar dos anos. As gerações mais novas não conhecem as origens dos ancestrais, o que implica dizer que as gerações intermediárias de alguma forma interromperam a transmissão dessa informação a respeito da família. Esse dado vem reforçar as respostas acerca da descendência italiana, na qual 13% não sabiam se tinham ou não tinham ancestrais italianos. Desse grupo que não sabe se tem origem italiana, 86% têm menos de 30 anos.

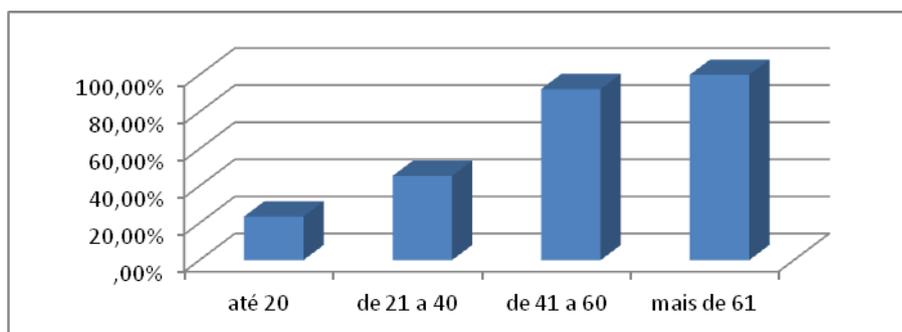


Gráfico 1 – conhecem as origens completamente ou em parte

A enquete aponta para uma proveniência bastante heterogênea, abrangendo toda a península, com pequena predominância da Itália setentrional. Esse dado é fundamental para entendermos um dos fatores determinantes para a perda linguística entre os italianos radicados em Juiz de Fora. Retomando os itens 1.1 e 1.2, observamos que a Itália do século XIX apresentava enorme diversidade linguística, tinha o italiano como língua nacional, mas no máximo 10% da população era italófona. Dessa forma, o imaginário de que eram todos oriundos de uma mesma nação (a Itália) e, conseqüentemente, falavam a mesma língua (o italiano), como reza a cartilha nacionalista européia, associando forçadamente língua-povo-nação, cai por terra. A realidade era bem outra.

Observamos, então, que, embora o número de italianos imigrantes na cidade e na região fosse relevante (como relatado no item 2), não podemos afirmar que todo esse contingente era italófono. Ao contrário, pelo que já vimos, podemos nos apoiar nos estudos de De Mauro (1991) e Castellani (1982) para afirmar que no máximo 10% desses imigrantes tinham a língua italiana como L1. Além disso, suas línguas maternas (L1) eram desprestigiadas por não terem o status de língua nacional.

Tal diversidade linguística é um sintoma de diversidade cultural, o que prejudica a interação entre indivíduos e famílias de regiões diversas, que demoram a identificar-se

eticamente.³¹ Consequentemente, o poder de transmissão de uma língua fica enfraquecido pela falta de necessidade e até mesmo de orgulho.

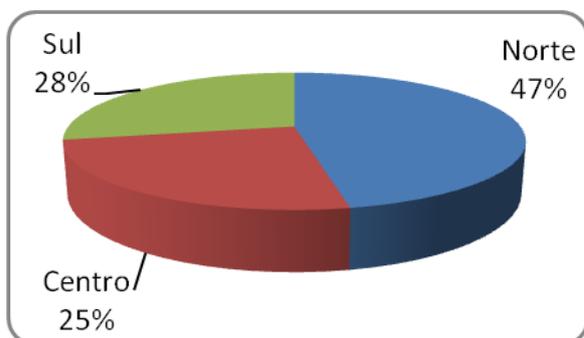


Gráfico 2 - Distribuição dos imigrantes por origem geográfica

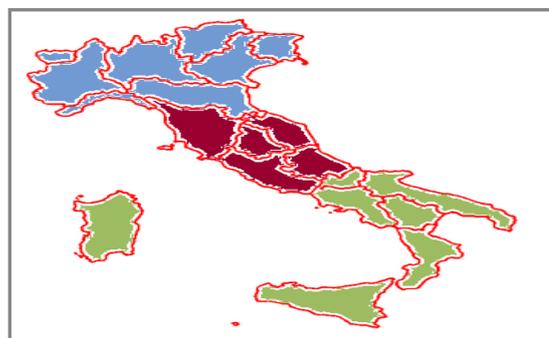


Figura 1 – Mapa da Itália com a divisão geográfica do que consideramos norte, centro e sul

Falamos apenas do conhecimento das origens, mas essa tendência se estende por outras áreas. Do ponto de vista linguístico, resultado muito semelhante pode ser observado nas respostas à pergunta “você sabe qual era a língua falada pelos seus ancestrais italianos?”, cujas respostas previam três opções: “italiano”, “dialeto regional” e “não sei”³². Dividindo os informantes entre os que afirmam saber a língua dos ancestrais e os que afirmam não saber, o resultado se assemelha às respostas anteriores, onde se constata que o índice de conhecimento declarado é inversamente proporcional à faixa etária dos informantes.

Aqui temos um dado diretamente ligado à transmissão de língua e que se explica pela lei das três gerações. Como se vê pelos dados, as gerações mais novas desconhecem a própria língua de seus ancestrais italianos. Evidencia-se mais uma vez a interrupção de transmissão de conhecimento acerca dos ancestrais italianos ao longo das gerações. Nesse caso específico, se o descendente não sabe qual era a língua do(s) ancestral(is), não saberá certamente falar a língua.

³¹ Para o aprofundamento do estudo desse regionalismo italiano e suas consequências, sugerimos a obra de TRENTO Angelo. *Os italianos no Brasil*. São Paulo: Bardella, 2000

³² As opções ‘dialeto regional’ e ‘não sei’ alertam o informante sobre a alternativa ao italiano. Numa pergunta aberta correríamos o risco de obter unanimidade de respostas ‘italiano’, dado ao mito língua-povo-nação.

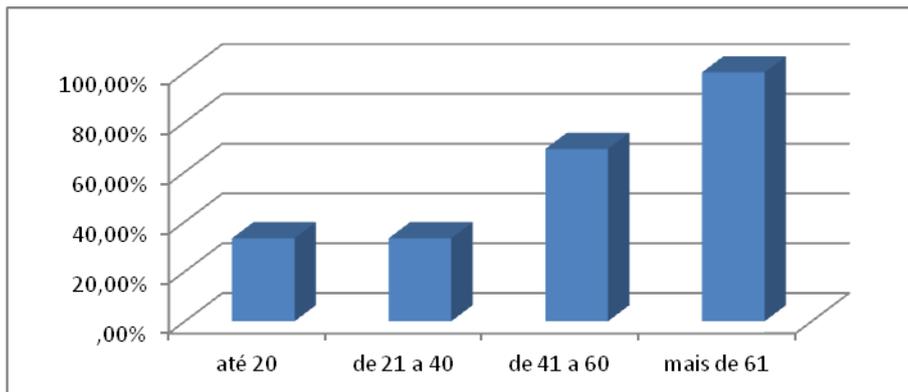


Gráfico 3 – Informam que sabem a língua do(s) ancestral(is)

Entre os informantes que mantiveram contato com os ancestrais italianos, o estudo aponta para um relativo desinteresse na transmissão da língua aos filhos e netos, o que pode ser verificado no gráfico a seguir. Nenhum dos informantes respondeu à pergunta “seus ancestrais falavam a língua deles com você?” marcando a opção ‘sempre’, ao passo que 86% afirmaram que os ancestrais falavam raramente ou nunca em suas línguas.

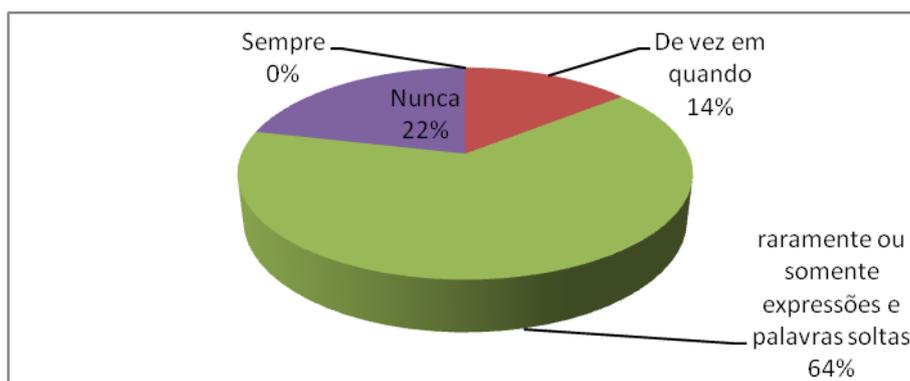


Gráfico 4 - Pergunta: Seu(s) ancestral(is) falavam a língua deles com você?

Essa pergunta foi estendida com um questionamento a respeito de uma impressão pessoal do informante. Queríamos saber se, na sua percepção, seu ascendente italiano tinha interesse na transmissão da língua. Paralelamente, numa análise autocrítica, perguntamos ao informante se ele tinha interesse em entender a língua falada pelos ancestrais. Os resultados foram esses:

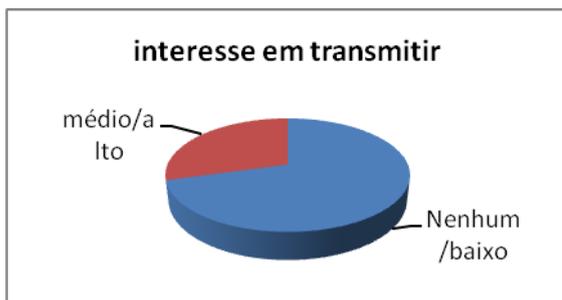


Gráfico 5 – Interesse na transmissão da própria língua



Gráfico 6 – Interesse em entender a língua do(s) ancestral(is)

Os dados dos gráficos, além de reforçarem a lei das três gerações no contexto desse estudo, também apontam para a teoria defendida por Mufwene, que compara línguas a espécies biológicas. Deste modo, no meio ambiente de Juiz de Fora, as línguas minoritárias dos imigrantes italianos não resistiram à competição, e a seleção natural se encarregou de eliminá-las. Naturalmente, isso ocorreu pela falta de interesse dos próprios falantes, por questões pragmáticas e pela força da língua dominante na região, o português.

Considerações Finais

Como apresentado neste trabalho, Juiz de Fora, entre o fim do século XIX e o início do século XX, era uma cidade próspera e industrial, carente de mão de obra para o seu desenvolvimento. Neste contexto, o estado de Minas Gerais criou programas de imigração para receber mão de obra da Europa e o contingente maior desses trabalhadores era formado por italianos; ao contrário do imaginário de que vieram para trabalhar na lavoura prioritariamente, os imigrantes ocuparam as áreas urbanas da cidade por terem alguma especialização laboral, embora analfabetos ou escassamente alfabetizados em sua maioria; havia grande diversidade linguística na Itália, os imigrantes não falavam necessariamente italiano, como quer o conceito também imaginado de ‘uma língua, um povo, uma nação’.³³ Ao contrário, falavam as variedades regionais de suas línguas, muitas delas bem vivas até hoje na Itália, e o italiano era apenas mais uma dessas línguas; diferentemente do que aconteceu no sul do Brasil, os italianos que migraram para Juiz de Fora eram provenientes de variadas regiões italianas, de norte a sul; além disso, como dissemos há pouco, estabeleceram-se em núcleo urbano e construíram boas relações sociais rapidamente, tanto com os brasileiros como com os imigrantes de outras origens.

Pelo que foi relatado, ficou claro que a imigração de ocupação urbana tem relação direta com a perda linguística, principalmente quando as línguas de imigração, além de minoritárias, não têm prestígio algum. Quando uma população se desloca para um território

³³ A esse propósito, Milroy (in LAGARES & BAGNO, 2011, p. 51) sugere que “nossa crença nas línguas padronizadas de Estados nações pode, portanto, ter distorcido nosso pensamento de diversas maneiras.”

inabitado, é natural que a língua dessa população permaneça e seja transmitida às gerações descendentes. É o caso dos italianos no Rio Grande do Sul, cuja língua da maioria dos imigrantes que para lá se destinaram permanece falada até hoje, o *Talian*. Porém, quando o território de destino já é consolidadamente habitado e tem uma língua forte e de prestígio, há uma grande dificuldade de as línguas minoritárias se adaptarem, pois seus falantes não se interessam em transmiti-las aos descendentes por uma questão de ordem pragmática. Todo esse processo está bem fundamentado nos estudos de Mufwene (2004; 2008) e Couto (2009). Como afirma Couto (2009, p. 45), “a língua se forma e se transforma, ou seja, nasce, vive e define em função dos atos de interação comunicativa, ou na ausência deles.” E completa:

(...) nos próprios atos de interação comunicativa concretos, a língua se altera para se adaptar a novas situações. Por fim, se as pessoas começarem a deixar de usá-la para se comunicarem entre si, por exemplo, por estarem adquirindo outra língua, ela entra em obsolescência, podendo desaparecer” (COUTO, 2009, p. 45)

Nosso estudo, no contexto proposto, confirma essa afirmação. Pelo que vimos nesse trabalho, acreditamos que as diferenças linguísticas dos italianos tenham sido decisivas para que não houvesse transmissão da língua italiana. No entanto, a imigração do tipo urbana e a ocupação dispersa da cidade, sem formação de colônias, reforçou essa perda ao longo do tempo.

Não há dúvida de que a adaptação dos imigrantes ao novo ecossistema foi fácil e rápida, basta verificar que italianos de segunda geração (filhos de italianos nascidos no Brasil ou italianos que aqui chegaram ainda crianças) raramente constituíram famílias com outros italianos³⁴. Além disso, o progresso das famílias dos imigrantes ao longo do século XX demonstra que a adaptação aos costumes e à sociedade onde decidiram estabelecer residência foi rápida. Oliveira (1966, p. 315) cita 47 cidadãos italianos ou de origem italiana num total de 178, na “Relação (incompleta) de pessoas que prestaram, diretamente, serviços à cidade ou constituíram famílias que colaboraram no seu progresso”. O mesmo autor relata o período entre 1937 e 1943³⁵ em que o prefeito da cidade, Rafael Cirigliano, de origem italiana, era muito estimado nos primeiros três anos de sua administração, e que passou a ser hostilizado somente por ocasião da guerra contra a Itália, sendo chamado de fascista. É mais um fato que comprova a assimilação dos italianos à cidade (OLIVEIRA, 1966, p. 285).

Outras marcas culturais permanecem por mais tempo. No caso específico do italiano, Gaio (2013) mostra que há ainda forte identificação com a italianidade por parte de descendentes de imigrantes acima de 40 anos de idade, e que essa identificação vem se perdendo nas gerações mais jovens, sobretudo as de idade inferior a 30 anos.

Na zona da mata mineira, destaca-se o município de Pequeri, distante 67 km de Juiz de Fora. Ações da prefeitura têm buscado valorizar as origens italianas de boa parte da população. Numa ação inovadora, a língua italiana vem sendo oferecida nas duas escolas municipais de ensino fundamental.

Poderia ser questionada a ausência de referências ao Estado Novo do presidente Getúlio Vargas, que provocou uma onda nacionalista no Brasil e tentou eliminar todo e qualquer traço de estrangeirismo, chegando ao ponto de proibir o uso da L1 entre os diversos

³⁴ Esse dado foi claramente evidenciado no preenchimento do quadro de ancestrais italianos, questão 9 da Enquete. Mesmo entre os mais idosos não houve nenhum informante com 100% de ancestrais italianos.

³⁵ Dados do sítio da prefeitura de Juiz de Fora, extraídos em 26/12/2012 (<http://www.pjf.mg.gov.br/cidade/prefeitos.php>).

imigrantes nas colônias do interior do Brasil. Não acreditamos que, no caso de Juiz de Fora, essa ação governamental tenha influenciado a perda dos traços de língua. Pelo que observamos, essa perda já havia se dado bem antes da década de 30 do século XX, através da glotanásia (COUTO, 2009). Já o período da 2ª guerra mundial, esse causou incômodo e algum transtorno aos italianos de Juiz de Fora. Porém, por tudo o que apresentamos e discutimos, acreditamos que esses dois períodos, Estado Novo e 2ª grande guerra, não foram certamente os motivos principais de suas mortes.

Lamentamos que não exista pesquisa semelhante a essa feita 30 ou 40 anos atrás, ou até mesmo mais antiga, que pudesse contar com a presença dos italianos imigrados no núcleo de suas famílias, com seus descendentes, que poderia enriquecer ainda mais as pesquisas no campo das línguas de imigração em/de contato com as línguas autóctones no cenário de formação da população brasileira.

Com base nos dados coletados, apresentados e discutidos à luz da teoria delimitada para o trabalho, acreditamos que os estudos de contato linguístico entre a população de Juiz de Fora e os imigrantes italianos mereça continuidade e aprofundamento, o que certamente agregaria valor aos estudos de línguas em/de contato no Brasil.

Language and culture in contact in Southeastern Minas Gerais: italian immigration in Juiz de Fora, Brazil

ABSTRACT: In this paper we study the Italian immigration linguistic loss in the city of Juiz de Fora/MG (Brazil). By means of a sociolinguistic survey, we sought to understand how the linguistic loss among Italians who settled in the city and its surroundings in the late nineteenth century occurred. The theoretical framework is based on Ecolinguistic studies, bounded by Haugen, (in DIL, 1972), Mufwene (2004, 2008) and Couto (2009). We intend to contribute to studies of linguistic loss and maintenance of immigration languages in Brazil, especially in regions where there is quite a rich historical material, but few studies with a sociolinguistic bias.

Keywords: ecolinguistics; language loss and maintenance; languages in/of contact

Referências

ARANTES, L. A. V. *As origens da burguesia industrial em Juiz de Fora – 1858/1912*. 1991. Dissertação (Mestrado em Ciências Humanas e Filosofia) – Centro de Estudos Gerais, Universidade Federal Fluminense. Niterói, 1991.

BAGNO, M. *Norma linguística*. São Paulo: Edições Loyola, 2001.

_____. O que é uma língua? Imaginário, ciência & hipóstase. In.: LAGARES, X. C. & BAGNO, M. (orgs.) *Políticas da norma e conflitos linguísticos*. São Paulo: Parábola, 2011. p. 355-387.

BURKE, P. *Linguagens e comunidades nos primórdios da Europa Moderna*. São Paulo: Editora UNESP, 2010.

CALVET L. J. & DUMONT P. *L'enquête sociolinguistique*. Paris: L'Harmattan, 1999.

CÂMARA JÚNIOR J. MATOSO. *Dicionário de Linguística e gramática: referente à língua portuguesa*. 19. ed. Petrópolis: Vozes, 1998.

CASERIO, L. Formazione e diffusione dell'italiano. In.: SERIANNI, L. & ANTONELLI, G. *Manuale di linguistica italiana: storia, attualità, grammatica*. Milano: Mondadori, 2011. p. 32-61

COUTO, H. H. *Linguística, ecologia e ecolinguística*. São Paulo: Contexto, 2009.

DE MAURO, T. *Storia linguística dell'Italia unita*. Bari: Editori Laterza, 1991.

DEVOTO, G. & OLI, G. C. *Vocabolario della lingua italiana*. 1. Ed. Firenze: Le Monnier, 1979.

Dicionário Online - Dicionários Michaelis – UOL.

<http://michaelis.uol.com.br/moderno/portugues/> página visitada em 09/05/2013

Dicionário Priberam da Língua Portuguesa. <http://www.priberam.pt/dlpo/> página visitada em 09/05/2013

DIL, A. S. *The Ecology of Language: Essays by Einar Haugen*. Stanford: Stanford University Press, 1972.

DUBOIS J. et. al. *Dicionário de Linguística*. São Paulo: Cultrix: 2006

GAIO, M. L. M. *Imigração italiana em Juiz de Fora: manutenção e perda linguística em perspectiva de representação*. 2013. 111f. Dissertação (Mestrado em Estudos da Linguagem) – Instituto de Letras, Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2013.

HOBBSAWN, E. J. *Nações e nacionalismo desde 1780*. São Paulo: Paz e Terra, 1990.

HÖHMANN, B. *Sprachplanung und Spracherhalt innerhalb einer pommerischen Sprachgemeinschaft: Eine soziolinguistische Studie in Espírito Santo / Brasilien*. Frankfurt/Main: Peter Lang Verlag, 2011.

_____ & YYY. *Das Pommerische in Espírito Santo: Ergebnisse und Perspektiven einer soziolinguistischen Studie*. Pandemonium. São Paulo, n. 18, p. 283-300, Dez. /2011 .

KLOSS, H. *Abstand languages and Ausbau languages*. *Anthropological Linguistics*, v. 9, n. 7, p. 29-41, out. 1967.

MARCATO, C. *Dialetto, dialetti e italiano*. 2.ed. Bologna: Il Mulino, 2007

MAURER Bruno. *Quelles méthodes d'Enquête sont effectivement employées aujourd'hui en sociolinguistique?* In: CALVET Louis-Jean & DUMONT Pierre. *L'enquête sociolinguistique*. Paris: L'Harmattan, 1999

MILROY, J. Ideologias linguísticas e as consequências da padronização. In.: LAGARES, X. C. & BAGNO, M. (orgs.) *Políticas da norma e conflitos linguísticos*. São Paulo: Parábola, 2011. p. 49-87.

MONTANELLI, I. *Storia d'Italia, Vol. VI*. Milano: RCS Libri S.p.A., 2006.

MUFWENE, S. S. *The ecology of language evolution*. Cambridge: Cambridge University Press, 2004.

_____. *Language evolution: contact, competition and change*. Londres: Continuum International Publishing Group, 2008.

OLIVEIRA, P. *História de Juiz de Fora*. Juiz de Fora: Gráfica Com. E Ind. Ltda., 1966.

RODRIGUES, M. G. *Sob o céu de outra pátria: imigrantes e educação em Juiz de Fora e Belo Horizonte, Minas Gerais (1888-1912)*. 2009. 401f. Tese (Doutorado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2009.

SERIANNI, L. Lingua e dialetti d'Italia nella percezione dei viaggiatori sette-ottocenteschi. In.: SERIANNI, L. *Viaggiatori, musicisti, poeti: saggi di storia della lingua italiana*. Milano: Garzanti, 2002. p. 55-88

TRENTO Angelo. *Os italianos no Brasil*. São Paulo: Bardella, 2000

TRIFONE, P. L'italiano. Lingua e identità. In.: TRIFONE, P. (org.). *Lingua e identità. Una storia sociale dell'italiano*. 2. Ed. Roma: Carocci editore, 2009. p. 15-45

VON BORSTEL, C. N. & COSTA-HÜBES, T. da C. (orgs.). *Linguagem, cultura e ensino*. Cascavel: Edunioeste, 2011

WEINREICH, U. *Languages in Contact: Findings and Problems*. Mouton Publishers: The Hague, 1953

ZINGARELLI, N. *lo ZINGARELLI minore: vocabolario della lingua italiana*. 12. ed. Bologna: Zanichelli editore, 1994.

Data de envio: 16/05/2013

Data de aprovação: 11/11/2013

Data de publicação: 15/04/2014